

## Um olhar sobre eficiência da gestão dos caixas escolares das escolas da rede municipal de João Pinheiro – MG

### A Perspective on the Efficiency of School Cash Fund Management in the Municipal School Network of João Pinheiro, Minas Gerais

Rosa Jussara Bonfim Silva<sup>1</sup>  
Eder da Silveira Martins<sup>2</sup>

140

**Resumo:** Os princípios constitucionais para a administração pública devem ser observados por todos aqueles que são responsáveis pela administração e gerenciamento da coisa pública. Nesse estudo buscamos conhecer um pouco sobre a instituição Caixa Escolar - associações civis com personalidade jurídica de direito privado, vinculadas à respectiva Rede Municipal de Educação de João Pinheiro - MG para a administração financeira dos recursos públicos destinados à educação. A administração dessas instituições é de responsabilidade do diretor escolar, cuja formação exigida é uma habilitação para o magistério de alguma disciplina. Nos últimos anos houve um grande aumento de recursos financeiros para as unidades escolares e buscamos analisar a estrutura e organização dessas instituições para verificar se os princípios da eficiência e publicidade estão sendo aplicados em sua totalidade. Através de questionários enviados para as instituições escolares da Rede Municipal ligadas à Superintendência Regional de Ensino de Paracatu, pesquisamos a estrutura básica dos Caixas Escolares e sua problemática. O objetivo do presente estudo é contribuir para uma mudança estrutural dessas organizações para que aumente a eficiência no gasto do recurso financeiro e, o monitoramento e publicidade das prestações de contas de maneira mais célere.

**Palavras-Chave:** Caixa Escolar; recurso público; educação.

**Abstract:** The constitutional principles of public administration must be observed by all those responsible for the administration and management of public affairs. In this study, we sought to learn more about the Caixa Escolar (School Fund) civil associations with private legal status, linked to the João Pinheiro Municipal Education Network (MG), responsible for the financial management of public funds allocated to education. The administration of these institutions is the responsibility of the school principal, whose required qualification is a teaching qualification in a specific discipline. In recent years, there has been a significant increase in financial resources for schools, and we sought to analyze the structure and organization of these

<sup>1</sup> Doutora em Educação, Mestre em Educação e Especialista em Legislação e Convênios da Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro-MG, Professora da Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM

<sup>2</sup> Doutorando em Educação e Secretário Municipal da Educação de João Pinheiro – MG

Recebido em: 03 /11/2025

Aprovado em: 31/12/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



institutions to determine whether the principles of efficiency and publicity are being fully applied. Through questionnaires sent to schools in the Municipal Network linked to the Paracatu Regional Education Superintendence, we investigated the basic structure of the Caixa Escolares (School Funds) and their related issues. The objective of this study is to contribute to a structural change in these organizations to increase the efficiency of financial resource expenditure and the faster monitoring and dissemination of financial reports.

**Keywords:** School Fund; public resources; education.

## Introdução

Os recursos para o custeio da educação pública brasileira são regulamentados na Carta Magna, que estabelece os quantitativos mínimos que devem ser gastos por cada ente federado e as formas de distribuição e destinação dos recursos para a manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Essa regulamentação também é constante na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal traz que a administração pública deve se pautar nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e que os três poderes da União mantenham sistema de controle interno para comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. (BRASIL, 1988).

Para as Unidades Executoras ou Caixas Escolares das escolas os recursos financeiros são feitos pelo FNDE (órgão executor federal) que faz o repasse diretamente aos Caixas Escolares, vinculados às respectivas secretarias municipais de ensino.

A prestação de contas O monitoramento desses repasses é efetuado pelas Superintendências Regionais de Ensino (SRE) - 47 órgãos regionais da SEE/MG, através do Setor de Prestação de Contas da Diretoria de Administração e Finanças (DAFI).

A gestão das Caixas Escolares, instituição responsável pela administração financeira nas escolas, fica sob a responsabilidade do diretor escolar - servidor público do quadro de magistério da Secretaria Municipal de Educação. Para assumir a função de gestor de uma instituição escolar, atualmente exige-se apenas uma formação pedagógica para o gerenciamento da gestão pedagógica, administrativa e financeira e de pessoal (MINAS GERAIS, 2022).

Diante da complexidade das três dimensões da gestão escolar - pedagógica, administrativa e financeira e de pessoal - o diretor fica sobrecarregado no exercício de suas funções, com a

obrigação de realizar uma interconexão entre elas para que o objetivo maior da escola, que é a formação integral dos alunos, seja alcançado.

Existem vários estudos, que apontam as dificuldades encontradas pelos gestores no desenvolvimento dessas gestões, principalmente, na gestão administrativa e financeira. Percebe-se uma dificuldade técnica no gerenciamento de recursos, especialmente na prestação de contas dos recursos financeiros recebidos transferidos pelos entes federados (LUCK, 2009), (DUTRA, 2015), (COSTA, 2017), (ANJOS, 2018), dentre outros.

Essas dificuldades encontradas pelos diretores escolares podem ser traduzidas levando-se em consideração sua formação inicial e a quantidade de exigências, a ele conferidas, quando na gestão de uma unidade escolar. Nesse sentido,

Do Diretor Escolar exige-se o domínio de mecanismos de planejamento, conhecimento de definições e conceituações técnicas, controle burocrático e obediência às normas, administração efetiva dos recursos arrecadados ou recebidos e a correta demonstração de sua aplicação, promovendo a transparência para com a comunidade escolar. (SALES, 2017, p. 57)

São muitas as exigências técnicas exigidas de um profissional que teve, a princípio, uma formação exclusivamente voltada para o exercício do magistério. Uma dessas exigências é a da prestação de contas dos recursos públicos recebidos para o desenvolvimento do projeto pedagógico da unidade escolar.

Sendo assim, a prestação de contas é um instrumento importante e necessário para o monitoramento da correta gestão da coisa pública (ENAP, 2022) e, torna-se necessário que os responsáveis pela sua elaboração tenham as condições técnicas suficientes para demonstrar a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Diante de uma enorme quantidade de serviços e atribuições, o diretor escolar se vê obrigado a dedicar-se mais a uma gestão do que a outras e/ou a executar precariamente as determinações a ele impostas. Nesse sentido,

Em um universo tão vasto de ações, é de se preocupar que uma área tão importante, a financeira, não tenha a seu dispor pessoal especificamente preparado para exercê-la. Sobrecarregado, o diretor tende a não executar bem nenhuma ação sob a sua responsabilidade (CARVALHO 2013, p.113).

Diante de tamanho desafio, os diretores se veem na obrigação de administrar todos os recursos financeiros e ainda liderar toda uma estrutura organizacional para cumprir a legislação vigente. Para auxiliar o diretor nessa árdua tarefa, existe na Secretaria Municipal de Educação

de João Pinheiro - MG um departamento de Legislação e Convênios que visa o cumprimento dos dispositivos legais.

A prestação de contas do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) é obrigatória e segue regras definidas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O objetivo é garantir a transparência, legalidade e uso correto dos recursos públicos pelas escolas ou pelas secretarias de educação que recebem o repasse. A prestação é feita no SIGPC/Contas Online – Sistema Integrado de Prestação de Contas do FNDE.

A escola ou secretaria registra todas as despesas com os recursos recebidos do PDDE juntamente com os comprovantes: extratos bancários da conta do PDDE; Notas fiscais, recibos e contratos; Relatórios de execução (atividades desenvolvidas com os recursos); Ata do Conselho Escolar aprovando as ações realizadas. A prestação deve ser feita anualmente, após o encerramento da execução dos recursos (geralmente até 31 de março do ano seguinte). No sistema SIGPC que é aberto pelo FNDE com antecedência para o envio dos dados.

Além da diretoria, a instituição caixa escolar deverá possuir em seu funcionamento, o Conselho Escolar, composto de três membros efetivos e três suplentes, maiores de idade, nos termos da legislação vigente, eleitos pela maioria simples dos integrantes da Assembleia Geral. Esse Conselho deve ter a participação de profissionais da Educação, representante dos pais ou responsáveis de alunos e representante da comunidade escolar.

Todos esses representantes, realizam um trabalho voluntário com o objetivo de democratizar as decisões relacionadas à unidade escolar, principalmente no que se refere aos recursos financeiros. Em relação à efetiva participação desses voluntários, é possível verificar que, “inobstante ao grande esforço que se faz para a consolidação da gestão democrática e participativa na Escola Pública, através da atuação ativa, efetiva e eficiente de seus membros nas associações, comissões e órgãos colegiados, fato é que tal participação ainda é incipiente” (COSTA, 2017, p. 93).

A não participação da comunidade escolar, no trabalho junto aos órgãos colegiados, de acordo com DUTRA (2015), é devida à falta de capacitação satisfatória e ao desconhecimento dos trâmites burocráticos legais para os integrantes dessas associações existentes nas unidades escolares. De forma que, o trabalho do diretor, além do conhecimento técnico exigido, há necessidade que ele desenvolva uma capacidade de coordenação e liderança de diversos atores desempenhando as mais diversas funções, no interior de uma escola que está se transformando em uma instituição preocupada, não somente com o ensino e aprendizagem, mas também com

a eficiência nos gastos dos recursos públicos destinados à educação conforme afirma Luck (2009),

Não se pode esperar mais que os dirigentes enfrentem suas responsabilidades baseados em “ensaio e erro” sobre como planejar e promover a implementação do projeto político pedagógico da escola, monitorar processos e avaliar resultados, desenvolver trabalho em equipe, promover a integração escola-comunidade, criar novas alternativas de gestão, realizar negociações, mobilizar e manter mobilizados atores na realização das ações educacionais, manter um processo de comunicação e diálogo aberto, planejar e coordenar reuniões eficazes, atuar de modo a articular interesses diferentes, estabelecer unidade na diversidade, resolver conflitos e atuar convenientemente em situações de tensão. (LUCK, 2009, p. 22)

Este texto introdutório, buscou-se apresentar a estrutura e organização da instituição Caixa Escolar das escolas pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro - MG, realizando uma análise dos pontos positivos e que podem ser melhorados para que as instituições responsáveis pela gestão do PDDE, possa contribuir para o funcionamento eficiente destes recursos.

## Metodologia

Na Secretaria Municipal de Educação foram entrevistados, via formulário eletrônico semiestruturado, os gestores escolares e o setor de Legislação e Convênios, com o objetivo de identificar a quantidade de prestações de contas aprovadas, aprovadas com ressalva e em análise pelo setor de prestação de contas.

Nas unidades escolares, os gestores escolares foram convidados a responderem um questionário, via formulário eletrônico, encaminhado via google docs para o e-mail institucional das Caixas Escolares. Responderam a itens para o levantamento do perfil, organização e funcionamento da Instituição Caixa Escolar.

Os questionários, contendo perguntas objetivas, foram divididos em três partes. Os questionamentos permitiram conhecer um pouco da infraestrutura e composição da Caixa Escolar e, levantou-se também as opiniões dos gestores sobre o funcionamento da instituição sobre a sua responsabilidade.

No bloco III foram estruturados questionamentos utilizando a escala idealizada por Rensis Likert, em 1932. Em cada questionamento foram feitas afirmativas e os diretores escolares se posicionam com as 5 (cinco) opções disponíveis, que vão da total concordância até a total discordância (MATTAR, 2007).



No estudo e análise dos questionários dos diretores foram efetuadas perguntas para verificar o grau de concordância às várias afirmações efetuadas. Para a quantificação dessas respostas foram atribuídos valores às respostas dos participantes: Concordo Plenamente (CP); Concordo (C); Nem Concordo e Nem Discordo (NC/ND); Discordo (D); Discordo Plenamente (DP). (MATTAR, 2007).

Sendo assim, foi possível quantificar a concordância ou discordância às afirmações constantes do questionário. Para ilustrar o raciocínio de interpretação dos resultados proposta por Mattar (2007), neste trabalho foi idealizado o Índice de Concordância (IC) dos respondentes para cada afirmação feita, utilizando-se da seguinte fórmula:

Na análise das informações, conseguidas na Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro- MG, foram obtidos dados através dos questionários enviados aos gestores escolares, foi utilizada uma abordagem quantitativa das informações conseguidas.

### **Descrição do local de estudo**

A Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro – MG tem ao todo são 15 (quinze) unidades escolares atendendo a aproximadamente 3077 (três mil e setenta e sete) alunos matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais – 1º ao 5º ano e anos finais – 6º ao 9º ano) e EJA.

Em cada unidade escolar existe uma instituição denominada Caixa Escolar, responsável pela administração e gerenciamento dos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação via FNDE para o custeio e manutenção das atividades escolares.

O Caixa Escolar é presidido, obrigatoriamente, pelo Diretor Escolar e possui em sua estrutura, secretário, tesoureiro e seus respectivos suplentes, eleitos por toda a comunidade escolar em reunião denominada de Assembleia Geral.

Na Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro, existe o Setor de Legislação e Convênios, responsável pelas orientações e conferência das prestações de contas dos recursos financeiros repassados para os Caixas Escolares.

### **Análise dos resultados da pesquisa**

Na execução da pesquisa, foram enviados os questionários para as caixas de e-mails das escolas municipais. Também foram enviadas mensagens via WhatsApp, aos diretores escolares, reforçando a solicitação de participação enviada no e-mail. Em uma segunda tentativa, os e-mails foram enviados novamente para as unidades escolares que não participaram respondendo ao questionário eletrônico. Obtivemos 100% de participação.

Foram efetuadas perguntas acerca da quantidade de alunos atendidos e a situação funcional (efetivos ou contratados), tempo de experiência e formação dos diretores. No questionamento sobre a formação, foi considerada como formação ideal para atuar com os recursos financeiros destinados às escolas públicas, uma formação técnica e/ou superior na área administrativa, financeira e/ou contábil.

Tabela 1 - Perfil dos diretores:

Servidor	Efetivo no quadro de magistério	contratado	Efetivo fora do quadro de magistério	sem formação na área
Diretor (15)	12 (80%)	1 (6.5%)	2 (13.5%)	(0%)

146

Fonte: elaboração própria - dados da pesquisa.

Observamos que a maioria dos diretores possuem um cargo efetivo no quadro de magistério, ou seja, um cargo que houve nomeação após a publicação de resultado de concurso público.

Para exercer o cargo de diretor, o servidor necessita possuir uma habilitação para o exercício do magistério, o que corresponde a 100%.

Cumprindo a meta 19 do Plano Municipal de Educação, no final do ano letivo de 2023 houve um processo de escolha de diretores, sendo que apenas 1 (um) não foi reeleito.

Porém, mesmo com experiência, alguns gestores nos conduz a ideia de dificuldades no desenvolvimento da gestão escolar. Nesse sentido, com o propósito de verificar como os diretores escolares julgam a dificuldade das gestões Pedagógica, Administrativa/ Financeira e de Pessoas, foi criado o Índice de Dificuldade (ID).

Tabela 2 - Dificuldade e dedicação as gestões de acordo com as opiniões dos diretores

Dificuldade/ Gestão	Pedagógica	Admin/ Finan	Gestão de Pessoas
<b>Total de respostas</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
Extremamente Difícil	0	13	9

Muito Difícil	1	2	3
Moderado	14	0	2
Fácil	0	0	0
Muito Fácil	0	0	0
Tempo de dedicação semanal (média)	14h	16h	10h

Fonte: elaboração própria - dados da pesquisa.

Verificamos que a Gestão Administrativa e Financeira é considerada pelos respondentes do questionário como sendo “Extremamente Difícil”, e corroborando com a resposta, verificamos que o tempo médio de dedicação semanal é maior, justamente nessa gestão (16h).

Esclarecemos que cada respondente, considerando a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, informou uma estimativa da quantidade de horas dedicadas a cada gestão e, a partir das respostas, foi efetuado um cálculo médio da quantidade de horas dedicadas a cada uma.

Observamos que a Gestão Pedagógica, dedicada ao ensino e aprendizagem dos alunos, é a gestão que possui menor tempo de empenho dos gestores e também o menor Índice de Dificuldade.

A dificuldade com a gestão administrativa e financeira, pode muitas vezes provocar a emissão de diligências e/ou bloqueio das Caixas Escolares.

Diligências são solicitações formais, emitidas pelo FNDE ou Secretaria Municipal de Educação, ao Presidente da Caixa Escolar solicitando esclarecimentos e/ou documentos acerca de irregularidades encontradas nas prestações de contas dos recursos financeiros.

É estipulado, pelo setor de prestação de contas, um tempo para que o responsável pela instituição financeira cumpra com a solicitação efetuada na diligência encaminhada e, se acaso não aconteça o atendimento ao solicitado, a Caixa Escolar fica bloqueada e não consegue receber nenhum recurso financeiro, até que seja sanada a irregularidade.

Na pesquisa realizada, os gestores respondentes, informaram o quantitativo de diligências e/ou bloqueio recebidas pelas Caixas Escolares no ano de 2024. Foi efetuada a apresentação dessas informações, dividindo os respondentes pelo tempo na gestão escolar.



Tabela 3 - Quantidade de diligências e bloqueios das Caixas Escolares - 2024

Tempo na gestão escolar	Qte diretores	Qte de diligências	Caixa Escolar bloqueado
10 anos ou mais	1	2	0
5 a 9 anos	9	4	0
2 a 4 anos	4	6	0
Até 1 ano	1	4	0

Fonte: elaboração própria - dados da pesquisa.

Observamos que a maior quantidade de diligências e/ou bloqueios aconteceram nas escolas cujos gestores são menos experientes e ainda, pela quantidade de diligências emitidas pelo setor responsável, percebemos que algumas unidades escolares receberam mais de uma diligência por ano.

Deixa subentendido que existe certa ineficiência na prestação de contas e/ou na utilização do recurso público destinado à educação.

Essa ineficiência, de certa forma, poderia ser diminuída ou até eximida na gestão dos recursos públicos se, à frente da instituição financeira (Caixa Escolar) estivessem servidores com habilitação específica nas áreas administrativa, financeira e/ou contábil.

Nesse sentido, foi efetuada uma afirmação aos diretores que participaram da pesquisa com o intuito de verificar a opinião deles se, a gestão administrativa e financeira da Caixa Escolar deveria ser desempenhada por um servidor que tenha formação específica (Bacharel e/ou Pós-Graduação) na área Financeira/ Administrativa/ Contábil.

Perfeitamente compreensível devido ao aumento significativo no volume dos recursos destinados às unidades escolares, a quantidade de diligências, bloqueios nas caixas escolares e principalmente, porque percebem a necessidade de melhorar a eficiência no gerenciamento desses recursos.

O trabalho do gestor escolar é de um articulador de vários atores desempenhando, cada um, sua função dentro da unidade escolar. Além dos próprios servidores, existem os órgãos colegiados, tais como Colegiado Escolar, Conselho Fiscal, Comissão de Licitação com o

objetivo de efetivar uma gestão democrática nas escolas. Com o objetivo de verificar a opinião dos participantes, foram efetuados dois questionamentos na pesquisa realizada.

Foi feita a afirmação de que as instituições escolares (Conselho Fiscal, Colegiado Escolar) mais atuantes dariam maior tranquilidade e segurança na gestão administrativa e financeira.

Em outro questionamento efetuado aos diretores, foi afirmado que capacitações específicas para os membros das instituições escolares (Conselho Fiscal, Colegiado Escolar), promovidas pela SEMED/Prefeitura Municipal/FNDE, ajudariam a melhorar a atuação dos membros e contribuiria para uma melhoria na gestão administrativa e financeira.

Quanto a infraestrutura existente nas instituições escolares para a realização do trabalho relacionado à área financeira, foi solicitado aos gestores que informasse a existência de equipamentos (computadores com acesso à internet e impressora), mobiliário (mesa, cadeira, armário e arquivo), linha telefônica de uso exclusivo.

Uma infraestrutura totalmente adequada seria o ideal para a realização do trabalho. Na gestão financeira de uma caixa escolar, muito embora exista a possibilidade de comunicação eletrônica via e-mail, é necessário que o servidor responsável mantenha contato telefônico com muitos fornecedores para a efetivação de compras e outras ações necessárias.

Assim como, acreditamos que a existência de um espaço físico exclusivo para o desempenho das atividades financeiras, contribui para a realização de reuniões, negociações, além de permitir uma concentração maior na realização das atividades, tendo em vista que, em uma unidade escolar existe um grande fluxo de pessoas (alunos e servidores).

Um ambiente adequado e com infraestrutura pode contribuir para que os processos de prestação de contas sejam elaborados com maior eficiência. Esses processos são elaborados fisicamente com cópias de notas fiscais, cópias de cheques, cópias de extratos bancários, dentre vários outros documentos exigidos para a verificação da correta aplicação do recurso público.

### **Considerações finais**

A responsabilidade de um gestor na administração financeira da instituição Caixa Escolar tem aumentado significativamente, tendo em vista o crescimento dos recursos destinados para o desenvolvimento da educação. Nesse sentido, a administração desses recursos não deveria ficar restrita a um servidor público com uma formação básica para o magistério e com a responsabilidade pelo desenvolvimento das outras gestões. Pelo menos, o servidor que auxilia o diretor escolar na administração do recurso público destinado à educação deveria ter uma formação mais adequada para a função a que se pretende. Com uma formação adequada a gestão

financeira deixaria de ser conduzida por tentativas de acertos e correção de equívocos no gerenciamento da coisa pública.

A criação e implantação de um sistema eletrônico de prestação de contas, além da desburocratização do processo, permitiria maior agilidade e publicidade do gasto realizado pelas unidades escolares. Na administração pública é imprescindível observar os princípios básicos determinados na Carta Magna. Servidores públicos com qualificação técnica adequada para o gerenciamento do orçamento e da administração dos recursos financeiros ajudariam no cumprimento desses princípios essenciais.

## REFERÊNCIAS:

ANJOS, Juliana Ferreira dos. **Aprimoramento da gestão financeira nas escolas da SRE-Patrocínio**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P.123. 2018.) <<http://mestrado.caedufjf.net/aprimoramento-da-gestao-financeira-nas-escolas-da-sre-patrocínio-juiz-de-fora-2018/>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_1db.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_1db.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_/fnde.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_/fnde.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CARVALHO, Ednéa de Oliveira Hermógenes. **Gestão financeira: análise da prestação de contas das caixas escolares da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba – MG**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. 145 p. Disponível em: <<http://mestrado.caedufjf.net/gestao-financeira-analise-da-prestacao-de-contas-das-caixas-escolares-da-superintendencia-regional-de-ensino-de-ituiutaba-mg/>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

COSTA, Sandro Morete da. **Gestão Financeira: O acúmulo de processos de prestação de contas na regional de ensino de Barbacena**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 269. 2017. Disponível em:

<<http://mestrado.caedufjf.net/gestao-financeira-o-acumulo-de-processos-de-prestacao-de-contas-na-regional-de-ensino-de-barbacena/>> . Acesso em: 09 jul. 2025.

DUTRA, Silvânia Caldeira Pacheco. **Análise da Execução Financeira das Caixas Escolares da SRE de Nova Era - Minas Gerais**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 138. 2015. Disponível em: <<http://mestrado.caedufjf.net/analise-da-execucao-financeira-das-caixas-escolares-da-sre-de-nova-era-minas-gerais/>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

ENAP. **Fundação Escola Nacional de Administração Pública**. Preparação para a Prestação de Contas. Curso da Escola Virtual do Governo sobre Termo de Compromisso: Prestação de Contas. Conteudista: Mayra Gonçalves, 2022. Disponível em: <<http://https://www.escolavirtual.gov.br/aluno/cursos/informacao/8309699>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.